

Comitê de Ações Integradas de Meio Ambiente discute ocupações irregulares nas florestas

Em reunião realizada nesta segunda-feira, 22, representantes das mais de dez instituições que compõem o Comitê de Ações Integradas de Meio Ambiente discutiram a situação das ocupações irregulares nas florestas estaduais. As invasões nas florestas, especialmente na Floresta Estadual do Antimary e Floresta Estadual do Afluente, vêm sendo tratadas como prioridade nas missões integradas contra crimes ambientais.

Estão sendo realizadas constantes missões, com equipes em campo por via terrestre e também aérea. De acordo com a diretora executiva da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), Vera Reis Brown, depois da criação do Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental (Cigma), em 2019, houve uma significativa melhora nas condições de monitoramento. O uso dos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e de novas ferramentas de geotecnologias, como a interpretação das imagens dos satélites Sentinel2, Landsat e Cbers, estão entre os principais destaques nesse avanço.

“Num futuro próximo teremos condições de fazer uso de imagens Planet, através da participação no Programa Brasil M.A.I.S do Ministério da Justiça e Polícia Federal. Estamos dando apoio aos municípios, por meio do Cigma, capacitando os técnicos para monitoramento em tempo real da situação de cada região”, explicou Vera Reis.

Durante a reunião foram repassadas as informações



Equipes do governo do Acre estão em campo monitorando a situação considerada de alta criticidade

obtidas por meio do monitoramento das áreas com ocupações irregulares. Diante da situação considerada de alta criticidade pelos participantes do encontro, as missões integradas continuarão a ser intensificadas. As missões integradas são realizadas em todas as florestas, no Parque Estadual Chandless e na Área de Relevante Interesse Ecológico Japiim Pentecoste, reunindo equipes da Sema, Imac, Polícia Civil e Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) da PMAC, com o apoio da Força Nacional. Além da Força Nacional, as instituições federais parceiras são o Exército Brasileiro, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), Polícia Federal e Ministério Público Federal (MPF). As atividades de fiscalização e

repressão contra crimes ambientais nas UCs estaduais no Acre estão sendo realizadas pelo governo com recursos do Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre (Proser / BIRD), do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre (PDSA II/BID) e do Programa REM Fase II – Reino Unido (BEIS) e Cooperação Financeira Alemã (KfW). No Chandless, a missão conta ainda com apoio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (ARPA/Funbio). O Comitê é formado pelas secretarias de Estado de Meio Ambiente (Sema), Planejamento e Gestão (Seplag), Infraestrutura (Seinfra), Desenvolvimento Urbano e Regional (Sedur), Instituto de Meio Ambiente do

Estado do Acre (Imac), Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação do Clima (IMC), Instituto de Terras do Acre (Itacrae), Centro Integrado de Operações Aéreas (Ciopaer), Polícia Militar do Estado do Acre (PMAC), Polícia Civil, Secretaria Adjunta de Licitações (Selic/Seicit), Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Ministério Público Estadual (MPAC). Coordenado pela Sema, o grupo delibera sobre ações de monitoramento, comando e controle para coibir o desmatamento, queimadas, incêndios florestais e ilícitos ambientais em todo território acreano, em especial nas unidades de conservação do estado. Além de ações contra crimes ambientais, o comitê tem contribuído para promover a consolidação de ações de desenvolvimento sustentável no Acre. **[Agência de notícias]**

Combate à Covid-19 no Acre recebeu mais de R\$ 817 milhões do governo federal em 2020, informa Sefaz

Dados da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), publicados no Portal da Transparência para gastos com a pandemia no Acre, apontam que os repasses federais para o combate à Covid-19 foram de R\$ 172.824.390,81, provenientes dos recursos da lei 173/2020, denominada de Fonte 900, de auxílio financeiro essencial para gastos com custeio e investimentos para a Covid-19, saúde e assistência social. Em 2020, o montante de gastos de R\$ 120.704.730,42 foi dividido da seguinte forma: pessoal e encargos sociais (folha de pagamento dos profissionais da saúde, adicionais concedidos a servidores da saúde e segurança pública e encargos sociais); despesas correntes, como as de manutenção, medicamentos, água e esgoto, energia elétrica, limpeza, conservação, reformas e adaptações das instalações diretamente ligadas ao atendimento dos pacientes acometidos pela Covid-19, e investimentos que se referem à compra de materiais permanentes (equipamentos médicos, respiradores etc.). O governo federal ainda disponibilizou, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), o valor de R\$ 116.076.718,85, sendo R\$ 83.248.469,85 para custeio e R\$ 32.828.249,00 para investimentos. Todos esses repasses foram viabilizados pelo governo federal para enfrentamento à pandemia de Covid-19. Além disso, o Estado do Acre investiu mais R\$ 510.992.834,24 milhões, sendo R\$

214.196.838,13 milhões para recomposição do FPE previsto e mais R\$ 296.795.996,11 milhões para auxílio financeiro também decorrentes da lei complementar nº 173/2020. Além de todas essas cifras, o Estado ainda foi beneficiado com a suspensão da dívida com a União no valor total de R\$ 17.711.678,84 milhões, que foi postergada e somada ao saldo devedor para ser paga a partir de 2021. Ao todo, os repasses e benefícios concedidos pelo governo federal ao Estado do Acre totalizaram mais de R\$ 817 milhões, que foram destinados a programas de saúde, educação, segurança, assistência social e infraestrutura. Como, por exemplo, o adicional de insalubridade destinado aos servidores da Saúde e da Segurança, que estão atuando diretamente no combate ao coronavírus.

Portal transparência para gastos da Covid-19 no Acre

O site <http://www.19.ac.gov.br> dá transparência aos contratos e gastos públicos com as ações de enfrentamento à pandemia do coronavírus no Acre. Criada pelo Departamento de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado de Saúde (Sesacre), a plataforma atende às recomendações do Ministério Público Estadual (MPAC), que solicita a centralização de informações, em portais de transparência, sobre compras e aquisições referentes ao enfrentamento à pandemia. **[Agência de Notícias]**

Antônia Sales diz que governador deveria ser mais usado nas reivindicações junto ao governo federal

Em pronunciamento na sessão remota desta terça-feira (23), a deputada Antonia Sales (MDB) disse que além do Estado enfrentar simultaneamente a pandemia de coronavírus, surto de dengue, malária, enchentes em várias cidades e crise migratória na fronteira com o Peru, a situação dos hospitais do Estado também é preocupante. Segundo a emedebista, o hospital geral de Cruzeiro do Sul, por exemplo, sofre com a falta de equipamentos e profissionais da saúde. “No hospital do Juruá falta tudo, tomógrafos, aparelho de ressonância, médicos. Eu não sei o que fizeram com



Antônia Sales disse que o Acre precisa ser priorizado na vacina contra covid-19

os recursos que a deputada Jéssica Sales destinou para cá. O hospital de Mâncio Lima também pede socorro, aliás, todos os hospitais do estado”,

disse. A parlamentar disse ainda que o governador Gladson Cameli precisa pedir ao governo federal uma contribuição maior para o Acre. “Faço um

apelo ao governador do Estado, não peço tão pouco para o povo do Acre, o senhor está sendo muito acanhado. O Acre está enfrentando muitas coisas ao mesmo tempo, os R\$100 milhões que foram solicitados do ministro da Saúde, não dá para nada. As demandas do Estado são maiores que o recurso”, frisou.

Para concluir, Antonia Sales disse que o Acre precisa ser priorizado na vacina contra covid-19. “Tem que pedir mais vacinas, só assim esvaziaremos os hospitais e retomaremos a nossa economia. Nós precisamos imunizar a população acreana”, enfatizou. **[Agência Aleac]**

Defesa Civil identifica estabilidade no nível dos rios, mas alerta sobre possíveis mudanças

Os níveis dos rios do Acre apresentaram estabilidade durante a medição realizada pela Defesa Civil estadual nesta terça-feira, 23. Devido às enchentes ocorridas no estado, um total de 110.766 pessoas foram atingidas nos últimos dias.

Os dados foram divulgados por meio do relatório da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. De acordo com o documento, dez municípios estão em situação de calamidade pública, decretada pelo governo do Estado, sendo os mais afetados Cruzeiro do Sul, com 33 mil pessoas atingidas; Tarauacá, com 28 mil; e Sena Madureira, com 17.376.

“Mesmo com essa estabilidade, a Defesa Civil continua em alerta porque ainda estamos no mês de fevereiro, lembrando que em Sena Madureira

ocorreu a maior cheia da história em 1997 e o nível do rio estava entre 19 e 20 metros no mês de abril, e atualmente está em 18 metros”, ressaltou o coordenador da Defesa Civil, Eudemir Bezerra.

O Estado tem contado com recursos do governo federal e também com doações de todo o país em prol da campanha de ajuda às famílias atingidas, que até o momento recebeu o valor de R\$ 5.500. A população também pode ajudar com a doação de fraldas, massa de mingau, material de higiene e limpeza, roupas calçados e alimentos.

O governo do Estado tem disponibilizado toda a sua estrutura, desde a ação social até a de segurança, e o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar, que têm realizado



Defesa Civil mantém o monitoramento do nível dos rios


rondas nos abrigos para garantir a segurança e atendimento da população atingida pelas cheias.

“O trabalho da Defesa Civil também tem sido o de levantamento de dados, para que,

por meio do conhecimento atualizado da situação, sejam estabelecidas políticas públicas para as pessoas que tanto necessitam nesse momento”, destacou o coordenador. **[Agência de Notícias]**



Novos leitos de UTI estão sendo estruturados


ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO WALTER

Aviso de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2021 – SRP

Órgão: Câmara Municipal de Porto Walter - Acre.
Data de Abertura: 10/03/2021.
Horário: 09h00min.

Retirada do edital: No período de 24 de fevereiro a 09 de março, das 08h00min às 11h30min na sede da Câmara Municipal de Porto Walter – Acre, sito a Rua Alfredo Sales S/N – Centro.

Local de Abertura: Escritório da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Walter – sito a Rua Alfredo Sales, S/N – Centro.

Objeto: Aquisição de material de consumo de limpeza, gêneros alimentícios, copa e cozinha, combustível e derivados, para desta forma atender as demandas da Câmara Municipal de Porto Walter.

MAIORES INFORMAÇÕES: (068) 984163753

Porto Walter – AC, 23 de fevereiro de 2021.

José Irlan Souza da Silva
Pregoeiro